

Reflexões acerca da Hierarquização Social **na Inglaterra Anglo-Saxônica à luz de sua Literatura**

Renato Rodrigues da Silva

Graduando em História
CEIA - UFF
renatosilva1986@yahoo.com.br

Resumo

Correspondendo a uma pesquisa em estágio inicial, este artigo tentará apontar caminhos para explicar o processo de hierarquização social ocorrido na Inglaterra anglo-saxã, nos séculos VII e VIII. Para tal análise, nos basearemos na Antropologia Política e tomaremos como fontes extratos da legislação de época, a obra de Beda *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* e o poema épico *Beowulf*.

Palavras-Chave: Idade Média, Inglaterra anglo-saxã, Hierarquização Social

Abstract

Corresponding to a research in its initial stage, this paper will try to point out manners to explain the process of social hierarquization occurred in Anglo-Saxon England during the 7th-8th centuries. For that purpose, our analysis will be based on Political Anthropology, and we will use as sources some extracts of law, Bede's *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* and the epic poem *Beowulf*.

Keywords: Middle Ages, Anglo-Saxon England, Social Hierarchy

Como é possível observar no título deste trabalho, o que proporemos aqui é, entre outros já possíveis e estabelecidos diálogos, um específico entre a História e Literatura, diálogo este que pode ser muito frutífero para ambos os campos. Esta interdisciplinaridade é fundamental para que ampliemos não só as possibilidades de abordagens dos nossos objetos de estudo, mas também contribui para que não percamos de vista, que o que buscamos entender nada mais é do que uma globalidade, uma totalidade que certamente não será alcançada, caso nos mantenhemos apenas como criados mudos compartimentados.

O presente trabalho está vinculado a uma pesquisa de cunho monográfico em andamento, que visa analisar o processo de diferenciação e hierarquização social na Inglaterra Anglo-Saxônica, majoritariamente situado em fins do VII século e início do VIII. Para cumprir tal proposta de análise, utilizaremos fragmentos da legislação de época¹ e da obra de Beda *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* (King1930), assim como tentar cruzar algumas destas referências com o poema épico *Beowulf* (Klaeber 1950).

O recorte que será aqui tratado se insere, portanto, após a infiltração de jutos, anglos e saxões no que era a *Britannia* Romana, período conhecido como o da heptarquia anglo-saxã, tendo recebido esse nome por se tratar de um momento em que a ilha se dividia politicamente em sete grandes reinos (a saber, os de East Anglia, Kent, Mércia, Nortúmbria, Wessex, Sussex e Essex). A infiltração foi facilitada pela retirada das tropas romanas, cujo objetivo era combater inimigos (internos e externos) no continente (Blair 1978).

O que podemos observar no que tange à estruturação política neste período é o destaque da figura do rei: ele tem suas capacidades políticas ampliadas a um novo território pelos papéis desempenhados durante a ocupação da tribo, entre eles a garantia da vitória no campo de batalha (garantida pelo rei ao requisitar para si uma ascendência que o liga a divindades guerreiras, neste caso específico, Wodan) e a redistribuição do butim (e a conseqüente coesão do grupo vinculado a ele, tendendo a dirimir conflitos). Parece-nos salutar evidenciar que por butim entendemos não só riqueza móvel (metais e pedras preciosas, jóias etc.), mas também patrimônio fundiário. Já no século VIII, a figura régia tem sua capacidade política reduzida. Um dos seus sustentáculos de poder (o campesinato configurado de forma lata como independente) já entra em dependência, interpondo-se entre o este e o rei um senhor, e há empobrecimento e enfraquecimento da figura régia (Bernardo1995).

Uma das problemáticas com a qual nos deparamos para entender como este processo de “senhoralização” se constitui não difere muito das que cercam os demais estudos de história antiga e medieval: as fontes. A complicação se dá em nível quantitativo e qualitativo – as fontes são poucas e a sua natureza nos traz praticamente apenas o viés da aristocracia. A abordagem que daremos ao tema será justamente o do conflito interno a este setor – tendo em mente que o rei vai se afirmando inicialmente como um chefe e, após a fixação na ilha, progressivamente sua evolução o leva ser um *primus inter pares* do extrato guerreiro.

Pois é justamente a descrição do *modus vivendi* deste setor que *Beowulf* nos permite vislumbrar. Muito já se discutiu acerca deste poema épico e dos aspectos (principalmente a datação) de sua produção - atualmente, diversos autores² atribuem a mesma ao século VIII. A obra consiste nas aventuras de Beowulf: inicialmente ele se desloca com seus companheiros até Heorot, o palácio de festas mais magnânimo que já houvera, onde reinava Hrothgar, o maior rei que já existira. Porém, tal rei passou a sofrer constantes ataques de Grendel, um monstro. Beowulf, ao chegar lá em socorro do rei, liquida o monstro, arrancando-lhe o braço com as mãos, já que nenhuma arma forjada pelo homem poderia liquidá-lo. Duas noites de festejos após o embate ter sido

vencido, a mãe de Grendel volta a aterrorizar o palácio, ceifando um dos homens mais distintos que habitava o mesmo. Beowulf vai ao seu encaço e a derrota no fundo de um pântano e então retorna ao reino de seu tio, de onde viera, coberto de honras e artefatos. Após a morte de seu tio e rei Hygelac, é ele quem assume o trono e reina por cinquenta anos – o mesmo tempo que Hrothgar reinara. No último ano da regência de Beowulf, surge um dragão que ataca sua morada e seus súditos. Beowulf, mesmo não sendo mais um jovem, enfrenta-o com alguns guerreiros seus. À visão do dragão, todos fogem, à exceção de Wiglaf. Durante o embate, o protagonista mata a serpente e é morto, deixando antes o seu reino para o único de seus súditos que fora fiel até o fim³ (Klaeber 1950).

Uma das primeiras reflexões que são possíveis é acerca do próprio nome do protagonista. Muito já foi debatido do que se pode depreender da separação das duas palavras que dão origem ao nome do herói: “bee” (abelha) e “wulf” (lobo). Uma vertente a classifica como demonstrando a ligação do guerreiro (identificado como lobo) com o sagrado, já que abelhas são normalmente entendidas como mensageiras divinas. Outra corrente, que é mais compatível com o estudo que estamos propondo aqui (mas que não exclui a explicação anterior) é a que leva em consideração que “bee wulf” é uma maneira de se referir ao urso, um animal que é associado à imagem real na Alta Idade Média (e que depois será substituído, de uma maneira geral, pelo leão). Explicitamos, portanto, que partimos do pressuposto de que o protagonista do poema épico em questão comporta o que seriam as qualidades, que um aristocrata que aspirasse ao trono deveria ter – lembrando sempre que, devido ao caráter épico do poema, estas qualidades são exponenciadas até o limite da imaginação do poeta (Carver 1992).

Logo no início do poema encontramos a descrição de quais seriam os atributos principais de um bom rei, sendo relatado o exemplo do fundador (mítico) da dinastia dos dinamarqueses, Syld. Este era conhecido por enfrentar tribos e clãs inimigos, até que sua fama fizesse com que os povos vizinhos e/ou adversário viessem pagar-lhe tributo; além disso, era conhecido como “*o homem que, em vida, os anéis de honra dava*” (Klaeber 1950: V.41). Não será muito diferente a fama de Hrothgar, o rei ao qual Beowulf socorre; sua trajetória pode ser resumida em alguns versos: “*(...)glória na guerra garantiu/ Hrothgar. E o seu sucesso se seguiu/ da obediência dos homens, seus amigos/ de boa vontade, até vir varões/ jovens – um bando*” (Klaeber 1950: V.63-67). Concomitante a este feito, construiu também um palácio de festas de esplendor inigualável a partir da extorsão de trabalho e de matéria-prima bruta.

A utilização da expressão “extorsão” para a arrecadação dos elementos acima citados se deve ao entendimento de que, dentre as dinâmicas sociais, o conflito deva ser valorizado em detrimento da reciprocidade, uma vez que aquele elemento é aqui entendido como manifestação essencial do funcionamento e da reprodução dos sistemas sociais. Ademais, parece-me de bom tom realçar o papel desempenhado pela opressão e violência (ainda que simbólica e/ou potencial) na apropriação senhorial das rendas camponesas.

A idéia de configurar tal rei, a partir dos dados acima citados, como uma figura dotada de grande vigor, manifesta tanto na capacidade de fazer a guerra, sair desta vitorioso, e conseqüentemente conseguir butim (o que atrairia muitos guerreiros para seu palácio) quanto na capacidade de extorsão de rendas e serviços seria uma possibilidade. Porém, é neste mesmo palácio, construído a partir da concentração dos rendimentos do trabalho camponês, que “*Lá dentro, dividia ele, dando a todos,/ jovens e velhos, o que de Deus vinha,/ exceto as vidas dos homens e as terras*” (Klaeber 1950: v.71-73). Não seria, portanto, exagero precisar que o próprio local onde o poder real é exercido de forma direta sofre sanções por parte da aristocracia que a ele está subordinada? De certo que não, se pensarmos em um rei está preocupado em manter

para si “as vidas dos homens” assim como “as terras” (possibilidades cujo registro no poema nos indicam que já são concretas); também temos que manter em mente que no século VIII estamos em pleno processo de expansão senhorial, ou seja, um momento em que o monarca passa a conceder a quem fora seus fiéis guerreiros domésticos o direito a tributos e serviços que antes eram direcionados a ele (no continente, este processo é comumente chamado de “difusão do ban”). Verificamos, portanto, que estamos diante de um processo de parcelamento do poder real e conseqüente ascensão do grupo aristocrático-guerreiro, em que as clivagens existentes dentro deste próprio setor contribuem para que haja diferenciação quanto à hereditariedade (ou não) de concessões régias a determinados grupos familiares de alta extração (Bernardo 1995). Outro indício do surgimento deste grupo de altíssima extração, ao qual designaríamos genericamente como nobreza, é a legislação. Nas Leis dos Reis Hlothhaere e Eadric, vemos o *wergeld* relativo a um homem da estatura de um “Eorl” ser de trezentos shillings mais três vezes o valor de um homem; já a mesma taxa incidindo sobre o assassinato de um homem livre é de cem shillings mais o dobro do valor de um homem.⁴

O vocabulário que é utilizado para designar os estatutos dos homens, aos quais a legislação se refere também varia; em sua *Historia Ecclesiastica*, Beda utiliza os termos *dux*, *maior domus regiae*, *patricius*, *princeps*, *satrap*, *subregulus*, *tribunus*, entre outros (King 1930). Da mesma maneira, o vocabulário em Old English também tende a aumentar para a designação dos diferentes níveis da aristocracia: *thegns*, os *thegns* do rei, *ealdormen* e *heretogan* (John 1996). A amplitude do léxico utilizado para caracterizar os homens que viviam ao redor do rei parece indicar não uma variação para impedir que a mesma palavra se repita ao longo da obra, mas sim uma forma de precisar quais as funções desempenhadas pelas personagens – confirmando a idéia exposta há pouco sobre a concessão de prerrogativas que anteriormente eram exclusivamente régias (Bernardo 1995). Como exemplo mais explícito desta assertiva encontramos no poema os *seleraedende*, isto é, os conselheiros que vivem nas salas reais, como nos aponta Erick Ramalho (2004).

Podemos encontrar ao mesmo tempo no palácio real guerreiros, cuja presença fora imposta pela nobreza e outros que foram atraídos pela capacidade centrípeta do monarca (esses últimos, no entanto, passarão a minguar daqui em diante). O primeiro caso pode ser exemplificado no poema a partir da apresentação de Beowulf, que ao identificar o seu grupo à sentinela de tal rei diz: “*De Hygelac, Getas somos nós; juntos/ à mesa, amigos*” (Klaeber 1950: v.346-347). Identificamos que, além da disposição espacial, os modos da nobreza nos revelam a horizontalidade das relações entre reis e guerreiros a ele subordinados, mesmo que o rei sente em um lugar mais alto que os demais guerreiros. Um destaque importante a ser feito neste sentido é que esta horizontalidade não implica na ausência de conflito; antes, ela é fruto do próprio conflito, ao qual esta sociedade está submetida neste momento.

Caberia aqui, então, a seguinte pergunta: se o monarca já não mais possui as potencialidades de outrora, se seu poder já foi de tal modo parcelado que agora conhece limites severos de atuação, por que guerreiros ainda se subordinam a ele? Porque os seus papéis sociais básicos ainda se mantêm; ainda que ele conceda alguma de suas funções anteriores, é ele quem as delega e, portanto, é o responsável pela articulação e conseqüente coesão do grupo aristocrático. Além disso, é o responsável pela distribuição do butim, da pilhagem e também das armas e armaduras que permitirão a guerra, um fenômeno fundamental no processo de produção e reprodução desta sociedade (Earle 1992). Não é de se estranhar então que, após derrotar Grendel, Beowulf é qualificado como o maior guerreiro da Terra; no entanto, ninguém desdenha da majestade de Hrothgar (mesmo sendo ele um rei incapaz de derrotar as ameaças aos seus domínios, necessitando de auxílio externo para tal empreitada).

Esta relação entre serviço prestado e remuneração pode ser encarada como o sistema de dom e contra-dom formulado por Mauss, em que o dom é um fato social total (pela sua própria abrangência). A circulação de objetos nesta formulação obedece três obrigações: dar, receber e devolver (Mauss 1968). No poema, tais obrigações são explicitadas pelo próprio protagonista: após derrotar Grendel, Beowulf recebe diversos presentes – entre eles cavalos, o que representaria para além de uma possível divisão técnica da guerra também uma manifestação da diferenciação social proposta pelas leis citadas acima entre homens livres e nobreza. Em seguida ao assassinio da mãe de Grendel, recebe diretamente do rei preciosidades de antigos tempos, inestimáveis em valor, tais quais os feitos do herói. Ao retornar para o palácio de seu tio, Hygelac (de quem Beowulf é súdito), ele senta frente a frente com seu rei – novamente a horizontalidade das relações incidindo sobre a circularidade do dom e do contra-dom – e entrega tudo o que recebera como dádiva de Hrothgar, fechando o ciclo. Percebemos que este sistema é uma característica significativa para esta sociedade; no entanto, não podemos tomá-la como mola-mestra do regime social sob a pena de tomarmos a parte pelo todo.

Na legislação referente ao início do século VIII, já percebemos uma acentuação no que diz respeito às tendências anteriormente observadas aqui. Nas Leis do Rei Withraed, estas se manifestam logo na maneira como foram “redigidas”: numa assembleia deliberativa dos “grandes homens” realizada em uma igreja, onde estes propuseram as leis e “todos os degraus da igreja daquela província falaram em uníssono com as pessoas obedientes.” Aparentemente, o que a fonte nos sugere é que os grandes propõem e os “obedientes” manifestam sua aprovação ou não (é usada a expressão “sufrágio de todos”). Tal arranjo social pode também ser encontrado em Beowulf, quando lemos que os homens nobres são “leais”, os “inferiores”, “obedientes”. A legislação prossegue no que diz respeito a como considerar as palavras dos homens como passíveis ou não de serem mentiras. A palavra do rei é (assim como a de um bispo), sem sequer um juramento, inquestionável; um sacerdote (aqui entendido sacerdote cristão) pode provar que é inocente através de seu juramento com sua sagrada vestimenta diante do altar, assim como um diácono; um estrangeiro, assim como um *thegn*, prova sua inocência também com um juramento no altar; um pároco, assim como um homem livre, necessita de quatro outros em igualdade de condições para que seu juramento seja inquestionável.⁵ A Igreja passa a ocupar também o espaço da justiça, a ponto de que, em fins do século IX, segundo as Leis do Rei Alfredo, o fiel guerreiro doméstico que rompa o juramento de fidelidade deve largar suas armas, ficar detido nas propriedades reais até que o bispo decida sua pena.⁶

Estamos diante, portanto, de um quadro, em que encontramos homens “inferiores”, que se contrapõem aos homens livres; da mesma maneira notamos que a aristocracia parece estar (a despeito da presença perene do dom e do contra-dom) em conflitos endógenos muito significativos, através dos quais o rei perde gradualmente o controle de terras. Não por acaso, isto ocorre na medida em que o processo de cristianização avança, trazendo consigo uma nova possibilidade de concentração fundiária – as *booklands*, concessões vitalícias e hereditárias (ou seja, perpétuas) de terras (John 1996) Se cruzarmos ambas as referências, notamos uma gradação primária entre aristocratas e camponeses e outro escalonamento dentro do próprio setor aristocrata. Ambos estes movimentos constituem uma especialização de funções, em que os dois setores apenas se configuram enquanto tais a partir da relação de um com o outro, onde aristocratas só o são por deterem controle de um conjunto indistinto de terras e homens dependentes, os camponeses.

Não é por acaso que será neste momento, em que homens entram em relações de dependência de homens que se articulam entre si através de vínculos de subordinação

pessoal que é o período de disseminação do feudalismo na Inglaterra Anglo-Saxônica. Parte do que fora a tribo entra em dependência devido ao processo de hierarquização social.

BIBLIOGRAFIA

- BERNARDO, João. *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Parte I*. Porto: Afrontamento, 1995.
- BLAIR, Peter Hunter. *An Introduction to Anglo-Saxon England. 2nd ed.* Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- CARVER, Martin (ed.). *The Age of Sutton Hoo*. Woodbridge: The Boydell Press, 1992.
- EARLE, Timothy (ed.). *Chieftoms: Power, Economy and Ideology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- EVANS, Angela Care. *The Sutton Hoo Ship Burial*. London: British Museum Press, 1986.
- GALVÃO, Ary Gonzales. *Beowulf*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- JOHN, Eric. *Reassessing Anglo-Saxon England*. Manchester-New York: Manchester University Press, 1996.
- KLAEBER, Fr. (ed.). *Beowulf and the Fight at Finnsburg*. Lexington (Massachusetts): D. C. Heath and Company, 1950.
- RAMALHO, Erick. *A figuração do tempo em Beowulf. Do original à tradução*. Brathair, 4 (2), 2004. Disponível em: http://www.brathair.com/Revista/N8/figuracao_tempo.pdf) Acessado em 14 de agosto de 2007.
- SERVICE, Elman. *Los orígenes del Estado y de la civilización*. Madrid: Alianza Editorial, 1975.
- STENTON, Frank. *Anglo-Saxon England*. Oxford: Oxford University Press, 1971.

NOTAS

¹ A legislação aqui referida encontra-se em <http://www.fordham.edu/halsall/sbook1n.html#Anglo-Saxon%20Britain>, capturado em 30/05/07.

² Para citar alguns exemplos: Sam Newton, H. R. Loyn, Barbara Raw, George K. Anderson e Eric John.

³ Utilizamos como referência ao poema épico a edição de Klaeber e, para efeitos de tradução para o artigo, utilizamos a versão de Erick Ramalho.

⁴ Artigos de 1 a 5, como descrito em <http://www.fordham.edu/halsall/source/560-975dooms.html>

⁵ Assim como descrito em http://www.fordham.edu/halsall/source/560-975dooms.html#The_Laws_of_King_Wihtræd

⁶ Ver http://www.fordham.edu/halsall/source/560-975dooms.html#The_Law_of_King_Alfred